
Representações Sociais - Aproximando Piaget e Moscovici

Andréia OSTI¹Cristina Andrade Ferreira SILVEIRA²Rosely Palermo BRENELLI³

Resumo

O conceito de representação social compreende a concepção que um sujeito, um grupo ou uma sociedade têm sobre determinado tema ou assunto, estando presente tanto nas relações sociais como no conjunto de opiniões e comportamentos dos indivíduos, refletindo em sua conduta e valores. Esse artigo se orienta a aproximar as bases epistemológicas de Piaget com a teoria das Representações Sociais de Moscovici. Acreditamos que o conhecimento social analisado por Piaget, e a representação social apresentada por Moscovici, são conceitos complementares uma vez que ambos compartilham de uma mesma postura epistemológica - o mundo tal como o conhecemos - é o mundo construído por nós através de nossas operações psicológicas. Consideramos que os dois autores têm importantes contribuições para a compreensão do processo de construção das representações sociais bem como suas implicações para a vida dos indivíduos.

Palavras-Chave: Representação Social, Piaget, Moscovici.

¹ Doutora em Educação pela Unicamp. Professora Doutora do Departamento de Educação do Instituto de Biociências da Unesp, campus Rio Claro. Email: andreia.osti@gmail.com.

² Mestre em Educação pela Unicamp. Professora na Faculdade Anhanguera de Valinhos. Email: pedcafs@gmail.com.

³ Doutora em Educação. Professora na Faculdade de Educação/Unicamp. Email: roselypb@unicamp.br

Introdução

O mundo cada vez mais tecnológico nos remete a uma característica importante: o processamento da informação. Na linguagem do computador, processar uma informação significa o modo como o dado, é modificado ou alterado. Para que o conhecimento social e representações sociais existam, podemos inferir que as representações têm um significado importante na construção e processamento das informações, bem como na construção de novos conhecimentos e representações.

Nesse artigo refletiremos sobre os processos de assimilação e acomodação que contribuem para o desenvolvimento da ação do sujeito, como se constrói o conhecimento social, segundo Piaget. Apresentaremos alguns aspectos da teoria de Moscovici e buscaremos uma aproximação entre esses autores.

Segundo Duveen (2001), tanto Moscovici quanto Piaget compartilham de uma mesma postura epistemológica - o mundo tal como o conhecemos - é o mundo construído por nós através de nossas operações psicológicas. Para compreendermos as representações é preciso, entender os processos através dos quais elas são produzidas e transformadas.

A origem das representações, numa visão sociológica, começou com Durkheim. No entanto, segundo Moscovici (2005), na perspectiva da Psicologia, o primeiro passo foi dado por Piaget ao investigar a representação de mundo da criança. Seus estudos sobre o pensamento infantil contribuíram para compreender que na interação da criança com seus pares e nas situações por ela vivenciadas é que ocorre o desenvolvimento das representações.

Jovchelovith (1995) e Farr (1995) enfatizam a importância da análise piagetiana em relação ao desenvolvimento da representação. A teoria genética, ao descrever a conexão entre o cognitivo, o afetivo e o social na trajetó-

ria de desenvolvimento da criança, se aproxima da estrutura de representação de Moscovici. Segundo Jovchelovith (2008) ambos demonstraram que o estatuto da representação é, ao mesmo tempo, epistêmico, social e pessoal e é a consideração destas três dimensões que pode explicar por que as representações não são uma cópia do mundo externo, mas uma construção simbólica deste mundo.

Para Guimarães e Saravali (2008), no decorrer do desenvolvimento infantil a criança vai formando representações dos diferentes aspectos da sociedade, sendo estas produto da influência dos adultos e resultado de uma atividade construtivista. A partir das trocas de experiências e de sua qualidade, as crianças iniciam a construção de suas representações. Ao nascer, embora a criança esteja inserida num mundo social, não dispõe de instrumentos intelectuais completos nem da representação do que a rodeia. Piaget (1979) foi um dos primeiros autores a mostrar que a criança, na elaboração de suas representações, vale-se tanto das transmissões (diretas/indiretas) como de suas próprias experiências, sendo o nível intelectual um fator determinante para a compreensão da realidade.

Considerando o progresso do desenvolvimento humano dentro de uma sequência universal, podemos dizer que o indivíduo evolui em sua compreensão do mundo em uma sequência ordenada, portanto, sua forma de compreender e organizar a realidade depende do desenvolvimento alcançado por suas estruturas intelectuais. O conhecimento social refere-se às representações elaboradas pelo homem a partir de suas inúmeras atividades. Trata-se da compreensão das ideias sobre si mesmo e a respeito dos outros.

Nesse sentido, Cantelli (2009) esclarece que o processo de compreensão do mundo pela criança inicia-se com o nascimento, pois a partir desse momento ela passa a interagir com os outros, e é submetida a um conjunto de regulações que exigem dela a construção de representações do funcionamento

da sociedade. O conteúdo do pensamento, assim como suas crenças, passa portanto por diferentes níveis de complexidade.

De maneira geral, podemos dizer que a representação na perspectiva de Piaget (1979), compreende o ato de conceber, de formar ideias, é a concepção de mundo do sujeito. Nesse sentido, se consideramos o pensar como uma rede de significações, a imagem será um significante e o conceito um significado (Montoya, 2005) ou, como designa Moscovici (2005) a imagem será a figura e o conceito a significação.

De acordo com Denegri (1998) as representações construídas pelo indivíduo se compõem de imagens e conceitos referentes às pessoas, as interações entre elas e as expectativas dessas, assim como os papéis sociais, os valores e normas que regulam a cultura e a sociedade.

Aproximando as bases epistemológicas de Piaget com a teoria das representações sociais de Moscovici destacamos o seguinte pensamento:

O indivíduo, ao agir sobre o mundo, elabora modelos do funcionamento social. Esse é um trabalho que o indivíduo deve realizar com a ajuda dos outros, baseando-se no conhecimento acumulado pelas gerações que o antecederam, pois não pode ser recebido pronto. Trata-se, portanto de um trabalho psicológico realizado no âmbito social. (CANTELLI, 2009, p. 80).

Podemos afirmar, mediante o exposto, que a representação consiste na elaboração de comportamentos e pensamentos, ou seja, implica na forma como o indivíduo concebe sua realidade. Portanto, é através do desenvolvimento histórico da representação que “*podemos ver claramente seus fundamentos sociais e pessoais, os processos que ligam a representação ao sentido, ao contexto social e a pessoas em interação*”. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 59).

Um Breve Estudo sobre a Representação em Piaget

Segundo Piaget (1979/1994) a criança reelabora as informações do meio a partir de seus próprios instrumentos intelectuais, afetivos e sociais, postos em funcionamento pelos interesses, motivações e necessidades, os quais estão relacionados ao seu contexto social. Seus estudos evidenciaram que uma das principais capacidades do ser humano é a de construir representações.

Na visão piagetiana, autores como Furth (1978), Delval (1992, 1994), Enesco (1995), Denegri (1998) e Amar (2006) explicam que os sujeitos elaboram representações a partir da sua própria experiência e das informações recebidas (direta ou indiretamente) das pessoas, da escola e dos meios de comunicação, aliados com as estruturas cognitivas de que dispõem. E essas, podem ser, em certo sentido, determinadas pelo meio social, pois são frutos tanto da influência dos adultos quanto da própria construção do sujeito.

Cabe destacar que Piaget (1994 /2005) emprega dois sentidos para o termo representação. Na sua acepção mais ampla ela designa toda a inteligência de seus esquemas mentais. De forma mais restrita designa a imagem mental, a evocação simbólica de realidades ausentes, portanto, todo pensamento é acompanhado de imagens.

Segundo Jovchelovitch (2008: 59), Piaget descreve “*a emergência da representação como uma função das complexas e delicadas relações Eu e Outro, que gradualmente permitem a criança desenvolver consciência de si e do objeto*”. Também afirma que desde a ação inicial da criança na forma de um sistema de esquema sensorio – motores até a função semiótica em suas diversas manifestações a representação está enredada em um sistema interpessoal que, por meio da relação e da descentração a criança irá desenvolver o conhecimento do mundo e de si mesma. Tanto por meio da ação como do uso de simbolismos, a criança constrói

progressivamente a representação como estrutura psíquica que, ao mesmo tempo, estabelece o Eu, a permanência do Objeto e a sociedade.

Ao falarmos sobre a representação, precisamos antes mencionar sobre a função simbólica ou semiótica, pois é essa função que possibilitará a representação. A função simbólica (ou semiótica) implica na diferenciação entre o significante (imagem mental e linguagem) e o significado, é ela que torna possível a aquisição da linguagem ou os signos coletivos. No período sensório-motor a criança ainda não representa porque o significante e o significado tem o mesmo sentido. A inteligência sensório-motora, que é anterior a linguagem, prepara no terreno da ação, o que mais tarde será convertido em operações do pensamento refletido.

A atividade sensório-motora precede a representação, e a aquisição da linguagem também está subordinada ao exercício da função simbólica. A representação deriva em parte da própria imitação, portanto, a imitação constitui uma das fontes da representação, que fornece essencialmente seus significantes imaginados. Pela imitação da ação, os repertórios dos comportamentos infantis são ampliados e gradualmente interiorizados. Por outro lado, o jogo (ou atividade lúdica) conduz igualmente da ação à representação, na medida que evolui de sua forma inicial do exercício sensório-motor para a segunda forma de jogo simbólico ou de imaginação.

É no terreno do jogo e da imitação que se poderá acompanhar a passagem da assimilação e da acomodação sensório-motora para a assimilação e a acomodação mentais que caracterizam o início da representação. Portanto, podemos afirmar que ao interiorizar uma ação, pelo jogo ou pela imitação, a criança forma conceitos mentais, apreende o que experiência, ou seja, representa mentalmente o mundo. Lembramos que a base da aprendizagem cognitiva é a interiorização (LEFRANCOIS, 2008).

Nesse sentido, a representação começa quando há, simultaneamente, a diferenciação e a coordenação entre significantes e significados. Os primeiros significantes são fornecidos pela imitação, e o significado é fornecido pela assimilação que predomina no jogo. Depois do significado e significante, progressivamente se dissociarem, no plano sensório-motor e de se desenvolverem, ultrapassando assim, o presente imediato, a assimilação e acomodação apoiam-se uma na outra, nessa conjunção entre a imitação (efetiva ou mental de um modelo ausente), e as significações fornecidas pelas diversas formas de assimilação que permite a constituição da função simbólica.

No plano da inteligência sensório-motora, quando as duas tendências se equilibram há a inteligência, quando acomodação se subordina a assimilação há a imitação, e quando a assimilação se subordina a acomodação há o jogo. Em decorrência do maior número de combinações possível entre a assimilação e a acomodação, é que as coisas se matizam, a partir do nível da representação.

A representação pressupõe a permanência do objeto, este, constitui-se quando se imita um modelo ausente, assim como acontece no jogo simbólico, na imaginação e até no sonho. É interessante observar o que Ferreiro (2001) nos enuncia quanto passar a teoria de Piaget para o plano educativo: “apenas a presença do objeto não garante conhecimento, mas sua ausência garante o desconhecimento” (p.12). Os sistemas de representação, escrita ou oral, construídos não são neutros, eles permitem pensar sobre o objeto da representação.

A capacidade de representar é solidária ao desenvolvimento da linguagem. A criança começa a aprender a falar primeiro palavras-frases, depois frases de duas palavras e, por último frases completas. Essa linguagem inicial é feita de ordem e expressões de desejo e a palavra se limita quase a tradu-

zir, neste nível, a organização de esquemas sensório-motores. Quando a criança começa com suas primeiras evocações verbais, tais como falar sozinha, enumerar os alimentos que acabou de ingerir, contar algo após uma visita, narrar algo a mãe a propósito de um acontecimento, entre outros. Esses comportamentos são o começo da representação, pois a linguagem em formação deixa de acompanhar simplesmente o ato em curso para reconstituir a ação passada.

A palavra começa a funcionar como signo, ou seja, não é mais simples parte do ato, mas sua evocação. O esquema verbal vem a destacar-se do esquema sensório motor para adquirir a função de representação, isto é, de nova apresentação. A narrativa neste momento constitui um intermediário necessário como meio de evocação e de reconstituição e que está ligada à comunicação ou socialização do próprio pensamento.

Segundo Piaget (1990) para passar da expressão dos atos à constatação propriamente dita um passo a mais é dado quando a narrativa se prolonga até atualizar-se, por assim dizer: acompanha então novamente a ação em curso, como a linguagem inicial, mas descrevendo-a em vez de fazer parte integrante dela. A descrição torna-se assim representação atual, duplicando a apresentação perceptiva no presente como também no tocante ao passado.

O melhor indício de progresso dessa conceptuação é o aparecimento da pergunta: o que é? Que se relaciona ao mesmo tempo com o nome e com o conceito ou a classe do objeto designado. O que é, significa a etapa de construção dos predicados. Essa espécie de narrativa continuada e atual desdobra necessariamente o esquema sensório-motor, ou seja, forra o esquema inerente à própria ação com um esquema representativo que o traduz em uma espécie de conceito.

A linguagem da criança neste nível encontra-se entre a comunicação com o outro e o monólogo egocêntrico; as narrativas, descrições e as per-

guntas que a criança dirige a si mesma quanto ao outro. Esses primeiros esquemas verbais são intermediários entre os esquemas de inteligência sensório motora e os esquemas conceituais. As palavras utilizadas pela criança para designar esses esquemas são, elas próprias, intermediárias entre significantes simbólicos ou imitativos verdadeiros signos. No caso do conceito há inclusão (ou pertença) de um objeto numa classe e de uma classe numa outra (ex. au au designa todos os cães, gatos, chamar um cão específico e ampliar para todos os cães, cavalos, gatos, entre outros.)

Uma das condições necessárias para a aquisição da linguagem é a possibilidade de construir representações conceituais. A criança deste nível não atinge nem a generalidade nem a individualidade verdadeiras, porque as noções que emprega sem cessar oscilam entre esses dois extremos e ainda lembram, neste particular, a estrutura dos esquemas sensório-motores, bem como a das imagens imitativas ou lúdicas daí derivadas. Por exemplo, um mesmo indivíduo pode ser composto de personagens distintos conforme as roupas que veste ou as imagens que dele fazem no espelho ou na fotografia, já um besouro e uma minhoca certamente são bichos.

Na medida em que a imagem constitui um significante em relação ao pré-conceito, ela dele representa, portanto, o indivíduo essencial e não um objeto qualquer. Pré-conceito implica a imagem e é em parte determinado por ela, ao passo que o conceito dela se liberta por sua própria generalidade e não emprega mais senão a título de ilustração. Imagem é o representante do objeto que exerce a função de substituto de todos os outros. A generalidade completa só é atingida com a reversibilidade das operações. Mediante o exposto podemos afirmar que a inteligência sensório-motora funciona como um filme de câmera lenta, que representa uma imagem móvel após a outra, sem levar a fusão de imagens. A assimilação sensório-motora consiste numa espécie de juízo de ordem prática.

Para certos autores (Delval, 1992/ 1994, Denegri, 1998, Amar, 2006), a passagem da inteligência sensório- motora para a inteligência conceitual explica-se pela intervenção da vida social e dos quadros lógicos e representativos já prontos no sistema dos signos e das representações coletivas. Precisamos ter claro que não basta o aparecimento da linguagem para um pensamento lógico super pôr-se à inteligência sensório-motora. Os esquemas da inteligência sensório-motora constituem o equivalente funcional dos conceitos e das relações, já a assimilação sensório-motora consiste numa espécie de juízo de ordem prática, portanto, equivalem às coordenações de esquemas entre si a um raciocínio sensório motor.

A inteligência sensório-motora e a inteligência conceitual diferem em quatro fatores; primeiro, as conexões estabelecidas pela inteligência sensório-motora só chegam a ligar percepções e movimentos sucessivos, sem representação de conjunto que domine os estados, segundo, a inteligência sensório motora tende ao êxito e não à verdade, é a inteligência propriamente vivida e não pensamento, terceiro, só trabalha nas próprias realidades, nos seus indícios perceptivos e sinais motores, e quarto, é essencialmente individual. As primeiras palavras limitam-se a facilitar ou atrair a conceptualização dos esquemas sensório-motores sem completá-la de modo algum. Em média, antes dos sete anos, não aparece ainda sistema de operações reversíveis e entre si agrupadas, dos quatro aos sete anos aparecem algumas intuições articuladas sem generalizações, sem reversibilidade.

Um dos termos chave na teoria piagetiana é operação mental, caracterizada como uma atividade interiorizada; um pensamento que segue algumas regras da lógica, como por exemplo, a reversibilidade. A ação reversível é aquela que permite ao sujeito voltar ao pensamento inicial e perceber que pode reverter sua ação frente ao objeto. O processo de construção de representações nos remete as ações do sujeito, segundo Piaget (1977), a ação constitui

um conhecimento autônomo, sua conceituação só é possível mediante as tomadas de consciência. Nesse sentido, compreender é fazer no pensamento. “Compreender implica ser capaz de representar as ações que a pessoa deve realizar e, nesse nível, efetuar as operações” (SILVEIRA, 2009).

No decurso do segundo período (fase I: o pensamento pré-conceptual), a representação começa quando os dados sensório-motores atuais são assimilados a elementos simplesmente evocados e não perceptíveis no momento considerado. Portanto, a representação nasce da união do significante – que permite evocar os objetos ausentes – com um jogo de significação que os une aos elementos presentes. É essa conexão entre significantes e significados que constitui o próprio de uma função nova, a ultrapassar a atividade sensório-motora e que se pode chamar de função simbólica.

O pensamento representativo é efetivamente suscetível e constituído pelo duplo sistema de assimilações e acomodações, exatamente como o sistema simples das assimilações e acomodações sensório-motoras. A imagem simples é uma imitação interior do objeto ao qual ela se refere, do mesmo modo que a imitação exterior é uma cópia direta do modelo, a relação assimiladora de significação entre o objeto percebido e o objeto evocado e a relação entre essas duas significações e as duas acomodações, das quais uma é direta (objeto dado) e a outra imitativa (imagem que significa o objeto evocado), é nesta complexa situação de um sistema duplo de assimilações e acomodações que se reconhece a representação.

O segundo período (atividade representativa egocêntrica – o pensamento intuitivo) é caracterizado pelo pensamento egocêntrico onde ao invés de se adaptar objetivamente à realidade, ele a assimila à ação propriamente dita, deformando as relações segundo o ponto de vista desta última, mas deve-se ter claro que esse egocentrismo é inconsciente de si mesmo, sendo essen-

cialmente uma indissociação do subjetivo e do objetivo. Durante essa fase, as relações gerais da assimilação e da acomodação explicam as relações entre o jogo, a imitação e o pensamento adaptado, assim como o equilíbrio intrínseco atingido por este em suas formas específicas. Algumas ações do sujeito constituem um saber autônomo, um fazer capaz de alcançar o êxito, independente do compreender.

No terceiro período (atividade representativa de ordem operatória), que ocorre aproximadamente entre os sete e oito anos, um equilíbrio permanente entre a assimilação e a acomodação é atingido pelo pensamento adaptado no plano das operações concretas, nesse nível, as ações dependem de sua adequada compreensão, caso contrário, são casuais e caracterizadas por fracassos. Já por volta dos onze a doze anos, no plano das operações formais, “o indivíduo é capaz de fazer conceituações de conceituações, ou seja, operações efetuadas pelas operações” (Silveira, 2009). É por volta dos sete a oito anos que se pode falar numa reintegração real do jogo e da imitação na inteligência e, por volta dos onze e doze anos que as últimas formas de jogo simbólico se findam, com o início da adolescência.

Mediante o exposto podemos afirmar que a representação de mundo evolui e acompanha o desenvolvimento do indivíduo. A representação pode ser determinada pela cultura e pelas experiências de vida do ser humano. Nesse sentido, Bruner (1990, p. 228) destaca que os sistemas de representação são “um tipo muito especial de um kit de ferramentas comunitário cujas peças, uma vez usadas fazem do seu usuário um reflexo da comunidade”. Nessa perspectiva, Ferreiro (2001) destaca que o conhecimento social, assim como todo conhecimento em aquisição, implica uma parte fornecida pelo objeto (com suas propriedades físicas, sociais e culturais) e uma parte fornecida pelo sujeito (com a organização de seus esquemas de assimilação). A ação envolve, em sua essência, uma transformação do objeto e do sujeito. Esse processo de transformação

nos mostra que a criança conhece a partir de objetos que é capaz de assimilar a esquemas anteriores.

As representações estão presentes em todo lugar inclusive quando encontramos pessoas ou objetos e passamos a nos familiarizar com eles. Elas são criadas mentalmente, são produto das nossas ações e comunicações. Uma vez criadas, as representações se encontram, se atraem ou se repelem e se transformam em outras, em novas representações. Elas são, portanto formas de conhecimento, uma espécie de organização psicológica, cópias da realidade que circulam através de uma fala, um gesto, um encontro. A maioria das relações sociais que são estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos são e estão impregnados de representações. Ela constitui uma das vias de apreensão do mundo concreto e é preciso encará-la como própria da sociedade e da cultura.

Reflexões sobre a Obra de Serge Moscovici

A teoria das Representações Sociais originou-se na Europa, especificamente na França, com a publicação em 1961 do estudo de Moscovici intitulado *La Psychanalyse: son image et son public*, que chegou ao Brasil em 1978 com o título: A Representação Social da Psicanálise.

Moscovici iniciou seu trabalho pesquisando as representações dos franceses sobre a psicanálise. Seu interesse era observar como uma nova área do conhecimento humano, no caso a psicanálise, é constituída, analisando como ela se propaga e qual a imagem que uma população faz dela. Para isso analisou três tipos de publicações; a imprensa militante ligada ao Partido Comunista, a imprensa vinculada a Igreja Católica e os jornais de grande circulação.

Seus resultados indicam que a formação de certos tipos de atitude ou de reações, como dizer a respeito de um indivíduo que ele é neurótico, complexado, recalçado, ou seja, usar de conceitos psicanalíticos para descrever

uma pessoa, segundo Moscovici (1978), demonstram claramente a presença social da representação, que passa a ter um conjunto de valores onde essas categorias estabelecidas adquirem um caráter simbólico e acabam por remeter diretamente a uma realidade. O indivíduo é observado e compreendido através de traços próprios da tipologia dominante, exercendo-se por vezes uma pressão coletiva para fazer coincidir o comportamento real com as categorias geralmente admitidas.

Moscovici (ibid.) elaborou um método de pesquisa aplicável a outras representações sociais tais como a doença, a educação, a ciência, o trabalho, a criança, o médico, dentre outros, conseguindo assim substituir um conceito teórico e abstrato – o da representação – pela análise de um objeto real, diferenciado e complexo, mediante o qual a partir dos modelos psicológicos latentes foi possível averiguar numa determinada sociedade como seus membros pensam a sua experiência e o seu comportamento. A representação social é uma preparação para a ação, ela guia o comportamento, remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar. As imagens e as opiniões traduzem a posição e a escala de valores de um indivíduo ou de uma coletividade.

Durkheim foi quem primeiro trabalhou com o conceito de representações, fazendo distinção entre representações individuais e representações coletivas, diferenciando que as individuais fariam parte do campo da Psicologia e as coletivas seriam objeto da Sociologia. Portanto, as representações coletivas se referem a categorias de pensamento por meio das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade, sendo essas categorias ligadas aos fatos sociais. De acordo com a visão de Durkheim (1978, p. 79), em cada um de nós há dois seres, um individual e outro social. O “ser individual” se refere aos estados mentais de nós mesmos, os fatos de nossa vida pessoal enquanto que o “ser social” compõe um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que ex-

primem os valores do grupo ao qual fazemos parte, ou seja, as crenças religiosas, as tradições culturais, profissionais, as opiniões coletivas.

Percebemos que na teoria de Durkheim as representações “*agem como suportes para muitas palavras ou idéias*” (Moscovici, 2005, p. 49), constituíam, no sentido clássico, um instrumento explanatório, ligavam-se a uma rede geral de ideias ou conceitos, como a religião, o mito, a ciência. Atualmente, na teoria de Moscovici (2005), as representações se relacionam com um modo particular de comunicação, de compreender o mundo, e esse modo cria tanto a realidade quanto o senso comum. As representações acompanham a mudança social e são consideradas fenômenos específicos que precisam ser explicados e descritos.

Moscovici (ibid.) explica que ao fazer da representação social uma ponte entre o mundo individual e o mundo social e ao associá-la à perspectiva de uma sociedade em transformação isso implica em não mais compreender a tradição e uma vida social já feita, mas sim a inovação e uma vida social em via de se fazer. O autor (op. cit.) relata que ao adotar o termo social buscou dar caráter mais dinâmico, contrário ao estático e fixo que tinha na teoria de Durkheim.

O termo - Representação Social - foi um novo olhar de Moscovici sobre os estudos de representação coletiva de Durkheim. Quando Moscovici fez a opção pelo termo social, teve como objetivo dar um caráter mais dinâmico às representações, considerando a interação entre indivíduo e sociedade, pois tanto um como o outro “*são transformados, influenciados, moldados e construídos pelas suas relações de articulação e, nessas interações, ocorrem os fenômenos psicossociais estudados por essa teoria*” (CAMARGO, 2005, p. 42).

A sociedade, na concepção de Moscovici (1978) é um sistema econômico e político, sendo também um sistema de pensamento. Contudo, Moscovici distingue dois universos nessa sociedade, o consensual e o reificado,

sendo que ambos atuam simultaneamente para moldar a nossa realidade. O universo consensual compreende as práticas interativas do cotidiano, sendo as representações produzidas espontaneamente dentro de um grupo ou mesmo numa coletividade. Cada indivíduo é livre para se comportar como um amador e um observador curioso podendo manifestar suas opiniões, apresentar suas teorias e ter uma resposta para todos os problemas.

O universo reificado é restrito ao campo em que circulam as ciências, as teorias que trabalham com a objetividade, se relaciona com o pensamento erudito, sua objetividade e o rigor lógico e metodológico, as novas invenções e o desenvolvimento técnico. O grau de participação dos indivíduos é determinado exclusivamente pelo nível de qualificação, há um comportamento próprio para cada circunstância.

Nesse sentido, considera Guareschi (2000) que a representação social é ao mesmo tempo individual e social. Individual porque necessita de um sujeito, uma vez que está na mente das pessoas, e social pois perpassa a sociedade, os grupos sociais, sendo possível identificá-la em fenômenos sociais, ou seja, não é a representação de uma única pessoa. Em suas palavras: *“o conceito de representação social coloca-se, então, no centro do eixo individual – social, ligando os dois extremos e tentando dar conta de uma possível dicotomia”*. (GUARESCHI, 2000, p. 36). Cabe ressaltar que *“os humanos procedem através de representações”* (op cit) e que o processo de construção da representação difere de pessoa para pessoa. Cada indivíduo acrescenta dados particulares, específicos de si no processo de representar, assim como as representações também recebem influências advindas dos indivíduos. De acordo com Dotta (2006, p.14) *“cada indivíduo compõe e recompõe ao mesmo tempo, a história individual e social, que é parte integrante de sua vida afetiva e intelectual”*.

O conceito de representação social, de acordo com Jovchelovitch e Guareschi (1995) é dinâmico e explicativo, possui dimensão histórica e

transformadora, contemplando aspectos culturais, cognitivos e valorativos, estando presente nos meios e nas mentes, ou seja, é um conceito social. Em sua análise sobre o conceito de representação social, Allansdottir, Jovchelovitch e Stathoupoulou (1993) discutem três postulados que revelam a importância do conceito, a saber: o ser humano é parte do social, mas o social não determina a pessoa; a representação social é um conceito abrangente que compreende outros conceitos como atitudes, opiniões, imagens e ramos do conhecimento e possui caráter explanatório. Segundo Moscovici (1978), a representação social é uma organização de imagens e linguagem, ela realça e simboliza atos e situações constituídos por interações sociais, que se tornam comuns aos indivíduos e grupos, portanto, as representações modelam o que é dado do exterior mediante a relação que esses indivíduos e os grupos mantêm com os objetos.

Toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são ou nos tornam comuns. Encarada de um modo passivo, ela é apreendida a título de reflexo, na consciência individual ou coletiva de um objeto, de um feixe fascinante; a delicadeza de uma representação é, por conseguinte, comparada ao grau de definição e nitidez ótica de uma imagem. É nesse sentido que nos referimos, frequentemente, à representação (imagem) do espaço, da cidade, da mulher, da criança, da ciência, do cientista, e assim por diante. (Moscovici, 1978, p. 25)

Portanto, o modelo de representação social, segundo Moscovici (1978), está baseado no pressuposto de que a imagem mental, que pode ser entendida como um modelo, uma crença, não se distancia da opinião do indivíduo. Assim, a informação recebida é filtrada através de cognições e de valores próximos à percepção da realidade do indivíduo. Essa concepção ocorre a partir

dos valores e das crenças presentes no contexto em que o indivíduo está inserido.

Segundo Dotta (2006) a noção de representação social fica mais clara a partir da constatação de que, a fim de penetrar no universo de um indivíduo ou de um grupo, o objeto entra numa série de relacionamentos, de articulações e movimentações com outros objetos que já se encontram nesse universo, dos quais toma as propriedades e aos quais acrescenta as dele. Desta forma, as representações sociais determinam ainda o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das ideias presentes nas visões compartilhadas pelos grupos e regem, subsequentemente, condutas desejáveis ou admitidas. Moscovici (2003) afirma que as representações possuem até mesmo uma atividade profissional, como ser professor, médico, pedagogo ou popularizador da ciência, pois esses profissionais têm a tarefa de criar e transmitir as representações, mesmo sem saber que o fazem.

Nesse sentido, pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, etc. as pessoas analisam, comentam, formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam seus filhos, como planejam seu futuro, etc. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias apenas lhe fornecem o “alimento para o pensamento”.

É importante, ao pensarmos em representação, considerar que, segundo Moscovici (2005), sempre existe em cada ambiente uma determinada dose de autonomia e de condicionamento e que esse ambiente diz respeito ao nosso meio, ao mundo em que vivemos, a sociedade a qual pertencemos, portanto o ambiente é natural e social. Também é importante destacar que ao estu-

darmos as representações estamos estudando o homem, o ser humano e suas relações com o outro, com os acontecimentos, com idéias, crenças e valores, como afirma Moscovici (2003, p. 46) “*as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos*”. Nesse sentido as representações possuem duas funções; a de convencionalizar e a de ser prescritiva.

As representações convencionalizam os objetos, as pessoas e os acontecimentos, isso quer dizer que ela dá forma, como um modelo, de acordo com a realidade, ajudando a interpretar uma mensagem ou acontecimento em relação a outros. Por exemplo, associar a cor vermelha ao comunismo ou a foice com a morte são modos de interpretar um sinal, uma marca, o que demonstra a convenção. Na definição de Moscovici (2003, p. 35) a convencionalização “*define suas fronteiras, distingue mensagens significantes de mensagens não significantes, liga cada parte a um todo e coloca cada pessoa em uma categoria distinta*”. Considerar que as representações são prescritivas quer dizer que elas se impõem, são transmitidas, são produto de mudanças, elaborações que ocorrem no decurso do tempo e das gerações.

Podemos concluir que as representações são pensadas, partilhadas pelos indivíduos em seu meio e dentro de um grupo, elas podem penetrar, influenciar a mente de cada um, nesse movimento de trocas entre os indivíduos elas são reformuladas, reorganizadas e repensadas. Como exposto anteriormente, as representações guiam o comportamento, são produtos da nossa própria ação, isso se explica mediante a observação da vida em sociedade, com o meio em que vivemos, os indivíduos com os quais convivemos, pois sempre vamos ter representações e essas serão organizadas, nas trocas sociais, nas conversas e discussões sobre temas específicos, ou seja, as representações que temos são ao mesmo tempo fruto de nossa própria vivência e pensamento assim como parte do que vivenciamos em comum com os outros. Como destaca Mos-

covici (2005: 40, 41) “*todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações, [...] pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação*”.

Para compreender como se forma uma representação é importante esclarecer sobre dois elementos, a figura e a significação. A figura (ou imagem) compreende o objeto ou fenômeno do mundo social enquanto que a significação (ou conceito) é o valor ou o significado que o indivíduo dá a essa figura ou imagem. Sendo assim, podemos dizer que a significação é capaz de conceber um objeto sem ele estar presente, dando sentido e o simbolizando. Enquanto que a figura compreende a atividade perceptiva pois recupera esse objeto dando-lhe concretude. No real, a estrutura de cada representação apresenta-se desdobrada, ela tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto a frente e verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica, querendo com isso dizer que ela faz compreender a toda figura um sentido e a todo o sentido uma figura.

De acordo Sá (1996), as representações têm por objetivo sistematizar a realidade e o ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana, pois por meio do diálogo, as representações transformam e interpretam a realidade dos indivíduos que produzem e comunicam suas representações. Segundo Rangel (2004), a representação social é uma forma de conhecimento que torna familiar, sedimenta, incorpora, assimila os objetos, fazendo com que um conhecimento ou objeto, exterior ao indivíduo, passe a ser interiorizado. Complementando essa afirmação, Moscovici (1985) esclarece que o propósito de todas as representações é transformar algo não familiar em familiar, isso quer dizer que “*as representações passam a expressar a relação do sujeito com o mundo que ele conhece e, ao mesmo tempo, elas o situam nesse mundo*” (Duveen, 2001, p. 267).

Para compreender como se elaboram e como funcionam as representações sociais é importante destacar os dois processos que as geram, de-

nominados por Moscovici (1978, 2005) de objetivação e ancoragem. Esses conceitos são fundamentais para a compreensão e acesso as representações sociais. A objetivação consiste num processo pelo qual o objeto passa da condição de abstrato para a condição de concreto, materializando-se por meio da palavra. Segundo Rangel (2004: 31), a objetivação permite *“a concretização, a materialização dos conceitos em imagens”*. Enquanto que o processo de ancoragem, ou amarração, se constitui pela atribuição de valores aos objetos das relações sociais, transformando a ciência num saber acessível e importante a todos, ou seja, através da ancoragem *“assimilam-se ou adaptam-se as novas informações aos conceitos e imagens já formados, consolidados e objetivados”* Rangel (2004, p.31).

De acordo com Dotta (2006) a objetivação transforma um esquema conceitual em real, ou seja, transfere um saber científico para o domínio comum, atribuindo uma imagem ao objeto representado, enquanto que a ancoragem implica em delimitar o saber ao domínio do fazer, portanto, integra o conhecimento as relações sociais, as práticas cotidianas. Nessa perspectiva, a linguagem ganha destaque por ser a forma mais comum de disseminação das representações.

As representações sociais se formam na vida diária das pessoas, quando estas discutem e falam sobre o cotidiano e diversos temas, estão presentes nos meios de divulgação, através da comunicação, nos costumes e instituições, na herança histórica - cultural das sociedades. Através das conversas, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum, é possível identificar as representações, pois elas se exprimem através da linguagem, da arte, da ciência, religião, assim como nas famílias, em suas relações e regras, contemplando também as relações econômicas e políticas. Segundo Barcelos e Schulze (2002) as representações sociais desempenham importante papel na sociedade, pois contribuem para a formação de condutas e orientam as relações e a comunicação.

A importância da linguagem nas representações sociais concentra-se especialmente na fala que, de acordo com Bordieu (1972), revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos, transmitindo através de um porta-voz as representações de grupos determinados, pois a fala é o símbolo de comunicação por excelência. Completando com Minayo (1995, p. 110), *“a compreensão da fala exige ao mesmo tempo a compreensão das relações sociais que ela expressa. Porque as palavras não são a realidade, mas uma fresta iluminada: representam!”*.

Considerações Finais

Com base no que foi exposto pode-se considerar que as representações sociais têm como base um conjunto de aspectos que caracterizam a sociedade; aspectos econômicos, sociais, culturais e históricos. Por isso devem ser investigadas considerando a história individual relacionada ao contexto sócio - cultural do indivíduo.

Ao pensar na representação social no cotidiano das pessoas, é possível perceber que opiniões, valores e ideias são transmitidos através dos meios de comunicação como rádio, televisão, jornais e revistas, ou por meio de organizações sociais como igrejas, partidos políticos, associações de bairro, grupos sociais da escola ou do trabalho. A informação é recebida pelas pessoas, introjetada na consciência individual e passa através dessas comunicações a integrar a consciência coletiva, reproduzindo assim uma imagem, um valor.

Considerando o que foi mencionado até agora, podemos dizer que a linguagem é fundamental, conforme relatam Moscovici (1978) e Piaget (1977), pois é uma ferramenta para interpretar eventos e comportamentos e é nela que se imprimem as significações, o mundo dos conceitos e dos indivíduos ou das coletividades. O vocabulário corrente se ajusta aos contornos da representação pois por intermédio de outras significações do mesmo termo se encon-

tra o caminho que leva às formas de compreensão existentes. E, para se conhecer socialmente algo ou dado conhecimento é necessário que se consiga falar a respeito. A formação de uma representação social e sua generalização acarretam uma ingerência das noções e dos termos da língua própria, seu jargão nas trocas linguísticas correntes.

A linguagem e o uso das palavras assinalam comportamentos, revelam características, classificam indivíduos e acontecimentos, explicam o que é desconhecido e conhecido. Através da linguagem as palavras saem do meio científico (como por exemplo os termos da psicanálise - complexo, repressão, recalque, ou da física - átomo, microcosmos, ou da biologia - aminoácidos, genoma, dentre outros) e passam a ser usadas na língua comum, por meio da qual as pessoas apreendem esses termos científicos e os utilizam cotidianamente para se referir a uma pessoa (ele é complexado) ou a uma situação, e acabam por se estender designando uma realidade e fazendo parte do vocabulário corrente. As pessoas se utilizam dessas palavras para explicar fatos, descrever pessoas ou situações mesmo sem saber com precisão o significado da palavra.

Toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas, ou seja, a representação social consiste numa organização de imagens e linguagem, sendo assim, ela realça e simboliza atos e situações que se tornam comuns. Ela acaba por modelar o que é dado do exterior, na medida em que os indivíduos e grupos sociais se relacionam com situações, atos e objetos constituídos no decurso das interações sociais. Ela produz e determina os comportamentos pois define a natureza dos estímulos (imagem ou modelo) que cercam e provocam, dando significado às respostas (reflexo de conduta), é portanto, o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado.

O conceito de representação social compreende, portanto a concepção que um sujeito, um grupo ou uma sociedade têm sobre determinado

tema ou assunto, estando presente tanto nas relações sociais como no conjunto de opiniões e comportamentos dos indivíduos, refletindo em sua conduta e valores. Concluindo, a concepção que o homem tem, como ele pensa, acredita e interpreta sua realidade são na verdade representações sociais.

Podemos inferir que o conhecimento social, analisado por Piaget e a representação social apresentada por Moscovici são conceitos complementares. Ambos contribuem para a formação de conceitos e da representação nos indivíduos que vivem em comunidades distintas. Concluindo, os dois autores têm importantes contribuições para a compreensão do processo de construção das representações sociais bem como sua implicação para a vida dos indivíduos.

Referências

ALLANS DOTIR, A., JOVELOVITCH, S., e STATHOUPOULOU, A. Social representations: the versatility of a concept. In: **Papers on social representations**, p. 3-10, 1993.

AMAR, A. J., ABELLO, R. et. al. Representaciones acerca de la pobreza, desigualdad social y movilidad socioeconómica en estudiantes universitarios de la ciudad de Barranquilla, Colombia. In: **Investigación y Desarrollo**, Vol. 14, nº 2, 2006.

BRUNER, J. S. **Acts of meaning**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

CAMARGO, P. **Percepções de alunos jovens e adultos sobre o processo de ensino e aprendizagem**. Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2005.

CANTELLI, V. **Procedimentos utilizados pelas famílias na educação econômica de seus filhos**. Campinas: Tese de Doutorado, Unicamp, 2009.

DELVAL, J. **El desarrollo humano**. Madrid: Siglo XXI, 1994.

DELVAL, J. El Constructivismo y la Adquisición del Conocimiento Social. In: **Apuntes de Psicología**, Madrid, nº 36, p.5-24, 1992.

DENEGRI, M. La construcción de nociones económicas en la infancia y adolescência. In: FERRO, J. e AMAR, J. **Desarrollo humano: perspectivas siglo XX**. Colombia: Universidad del Norte Ediciones, 1998.

- DOTTA, L. T. **Representações sociais do ser professor**. São Paulo: Alínea, 2006.
- DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- DUVEEN, G. Genesis and structure: Piaget and Moscovici. In: BUSCHINI, F. e KALAMPALIKIS, L. **Penser la vie, le social, la nature: mélanges en l'honneur Serge Moscovici**, p. 163-173, Paris: La Maison de Sciences de l'Homme, 2001.
- ENESCO, L. **La comprensión de la organización social em niños y adolescentes**. Madrid: Cide, 1995.
- FERREIRO, E. **Atualidade de Jean Piaget**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FREITAG, B. **Itinerários de Antígona: a questão da moralidade**. Campinas, SP: Papirus, 1992.
- FURTH, H. Young children's understandin of society. In: MCGURK, H. **Issues in childhood social development**. Londres: Methuen e Co, 1978.
- GUARESCHI, P. **Representações e ideologia**. Revista de Ciências Humanas, 2000.
- GUIMARÃES, T., e SARAVALI, E. **O que crianças pensam sobre uma situação de não aprendizagem? Um estudo sobre a construção do conhecimento social**. Anais do XXIV Encontro Nacional dos Professores do Proepr, 2008.
- JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- JOVCHELOVITCH, S. e GUARESCHI, P. **Textos em representações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- LEFRANCOIS, G. R. **Teorias da aprendizagem**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- MONTOYA, A. **Piaget: imagem mental e construção de conhecimento**. São Paulo: Unesp, 2005.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- PIAGET, J. **A tomada de consciência**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. São Paulo: LTC, 1990.

PIAGET, J. **A representação do mundo na criança**. Rio de Janeiro: Record, 2005 (1979/1994).

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977b.

RANGEL, M. **A pesquisa de representação social como forma de enfrentamento de problemas sócio educacionais**. São Paulo: Idéias e letras, 2004.

SÁ, C. **Núcleo central das representações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SILVEIRA, C. d. A técnica cloze e o jogo de regras: construindo relações e conhecimentos. In: SANTOS, A. d., BORUCHOVITCH, E. e OLIVEIRA, K. L. **Cloze: um instrumento de diagnóstico e intervenção** (pp. 249-282). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

Recebido em: 26/10/2011

Aceite em: 24/02/2012